



Senado aprova e Aras é o novo procurador-geral da República

A indicação passou em Plenário por 68 votos a favor, 10 contra e 1 abstenção, logo após a sabatina e a aprovação na CCJ

O Senado aprovou ontem a indicação de Augusto Aras para procurador-geral da República por 68 votos a favor, 10 contra e 1 abstenção. Ontem mesmo, a nomeação foi assinada pelo presidente Jair Bolsonaro e publicada em edição extra do *Diário Oficial da União*. Aras assume o mandato de dois anos, podendo ser reconduzido uma vez.

A indicação foi votada no Plenário com urgência, logo após a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça. O relator, Eduardo Braga, afirmou que Aras cumpriu todas as exigências legais. **5**



Roque de Sá/Agência Senado

Telmário Mota, Angelo Coronel, Augusto Aras, Davi Alcolumbre e Bandeira (Mesa) no Plenário

Mantido veto a despacho gratuito de bagagem aérea

O Congresso manteve ontem o veto do presidente Jair Bolsonaro à gratuidade para o despacho de malas de até 23 quilos em aeronaves. Com isso, as companhias aéreas podem continuar a cobrar pela bagagem. Os outros vetos mantidos tratam da Lei Anti-drogas e da reforma administrativa. Na mesma sessão, foi derrubado o veto ao projeto que incentiva a literatura por meio de concursos regionais. Outros temas, como a obrigatoriedade de lista tríplice para a indicação de dirigentes das agências reguladoras, não puderam ser votados por falta de quorum. **3**

MP do Médicos pelo Brasil é aprovada na comissão mista com emendas 6

Audiência analisará Política Nacional sobre Mudanças Climáticas 7

Campanha Setembro Amarelo, de prevenção ao suicídio, será debatida hoje 6

Senador Jayme Campos é eleito presidente Conselho de Ética do Senado 2

Presidente do INSS explica MP sobre antecipação do 13º salário

O presidente do INSS, Renato Rodrigues Vieira, explicou ontem na comissão mista que a MP 871/2019 trata de dois ajustes dentro das ações do INSS. Um é a formalização da antecipação para agosto do pagamento de metade do 13º salário a aposentados e

pensionistas, prática já adotada, de forma discricionária, desde 2006. O segundo é uma alteração no bônus concedido a servidores do INSS, que seria pago para análise extra de pedidos pendentes até 18 de janeiro de 2019. A MP estende a data para 15 de junho. **8**



Renato Rodrigues Vieira (C) explica MP, ao lado do senador Sérgio Petecão (D)



Paulo Guedes (2ª à esq.) e o presidente da CMO, senador Marcelo Castro (D)

Guedes defende que Congresso assumira controle sobre Orçamento

A ideia é “desindexar, desvincular e desobrigar” as despesas primárias federais, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, em debate na Comissão Mista de Orçamento sobre as propostas de Lei Orçamentária Anual de 2020 e de Plano Plurianual de 2020

a 2023. Guedes afirmou que o governo enviará ao Parlamento uma proposta de um novo pacto federativo, em que o Congresso Nacional assumirá o controle sobre a definição do Orçamento da União. “Representar o povo é controlar o Orçamento”, disse. **4**

Audiência denuncia falta de saneamento básico no país

Quase metade da população brasileira não tem acesso à coleta de esgoto. A informação foi dada ontem pelo presidente-executivo do Instituto Trata Brasil, Édison Carlos, em audiência pública na Comissão de Infraestrutura. **8**

Convidados dizem que incêndios decorrem de desmatamento ilegal

Em audiência pública na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, especialistas afirmaram que o fogo é usado por grupos criminosos para desmatar terras públicas e vendê-las em seguida, liberando as áreas para a agropecuária. **7**

Maílson da Nóbrega critica transferência do Coaf para Banco Central

O ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega criticou a transferência do Coaf para o Banco Central, definida na medida provisória que também mudou o nome do órgão para Unidade de Inteligência Financeira. Para ele, a mudança é uma “aberração”. **4**

CPI das Fake News tem plano de trabalho e convocará empresas

O colegiado aprovou em bloco 86 requerimentos, convocando companhias como Claro, Nextel, Oi, Tim e Vivo a enviarem representantes para depor. A votação de uma só vez foi contestada por alguns parlamentares, que devem recorrer do resultado. **2**

CPI Mista das Fake News aprova plano de trabalho

Foram votados em bloco 86 requerimentos. A deputada Caroline De Toni disse que recorrerá do resultado porque, segundo ela, esse tipo de votação tem que ter a concordância de todos, o que não houve

A COMISSÃO PARLAMENTAR Mista de inquérito que investiga notícias falsas nas redes sociais e assédio virtual aprovou ontem a convocação de nove empresas de serviços de comunicação digital e cinco provedoras de telecomunicações para prestarem depoimento. Foram chamadas as provedoras Claro, Nextel, Oi, Tim e Vivo; as de serviços AM4, CA Ponte, Croc Services, Deep Marketing, Enviawhatsapp, Kiplix, Quickmobile, SMS Market e Yacows. Todas devem enviar representantes legais.

As convocações fazem parte dos 86 requerimentos aprovados em bloco pela CPI mista, assim como o plano de trabalho da relatora, deputada Lídice da Mata (PSB-BA), que divide as atividades da comissão em três sub-relatorias: *cyberbullying* (assédio virtual) e crimes de ódio, proteção de dados e aliciamento de crianças e vulneráveis.

O plano contém ainda os temas que serão foco da CPI, entre eles a conceituação de *fake news* e seus impactos sobre a sociedade; *cyberbullying*, aliciamento de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio; impacto econômico das notícias falsas que atentam contra a democracia no mundo; e esquemas de financiamento, produção e disseminação de fake news para lesar o processo eleitoral.

A votação em bloco foi questionada pela deputada Caroline De Toni (PSL-SC), que disse que esse tipo de votação só pode ocorrer em caso de concordância unânime,



Senador Angelo Coronel, presidente, e deputada Lídice da Mata, vice

o que não ocorreu — quatro membros da CPI foram contra o procedimento. Em função disso, a deputada afirmou que recorrerá do resultado da votação.

O presidente do colegiado, Angelo Coronel (PSD-BA), criticou a atuação dos integrantes da base do governo que tentaram obstruir os trabalhos.

— Esta comissão não visa à perseguição de ninguém. Esta comissão visa proteger a sociedade brasileira de fake news, de perfis falsos.

Convites

Entre os requerimentos, estão ainda convites a acadêmicos, ativistas, jornalistas e autoridades para subsidiar os trabalhos. A comissão também convidou vítimas de ataques virtuais e de notícias falsas, como o youtuber Felipe Neto, as atrizes Giovanna Ewbank, Carolina Dieckmann e Taís Araújo, a produtora cultural Paula Lavigne, o cantor Caetano Veloso e a ex-deputada Manuela D'Ávila.

Outra audiência pública

deve ter a participação de executivos do Google, Twitter, Facebook, InternetLab e a SaferNet Brasil, estas últimas ONGs que atuam na área da responsabilidade na internet.

Inquéritos

A CPI aprovou ainda pedidos de acesso a inquéritos judiciais, como o que o Supremo Tribunal Federal conduz contra supostas ameaças nas redes sociais contra os ministros; o que o Ministério Público do DF instaurou contra a Cambridge Analytica — empresa britânica acusada de usar dados de usuários do Facebook para fazer marketing político; e o que a Procuradoria-Geral da República abriu contra o uso irregular de ferramentas digitais na campanha eleitoral de 2018.

A comissão também solicitou acesso a relatórios do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a ocorrência de fake news nas eleições do ano passado e do Facebook sobre contas suspensas em 2018 como parte de investigação sobre perfis falsos.

Pacheco parabeniza Aneel por serviços prestados ao país

Rodrigo Pacheco (DEM-MG) parabenizou em Plenário a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pelos serviços prestados ao país. O senador citou relatório da agência de classificação de riscos Standard and Poor's que confirma a qualidade da Aneel, ao avaliá-la positivamente pelo trabalho na estabilidade do setor elétrico, na melhoria do marco regulatório, na transparência e na previsibilidade dos sistemas de transmissão e distribuição de energia.

— Mas ainda há muitos desafios. A energia ainda é muito cara no Brasil — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Romário lembra Dia Nacional dos Surdos, celebrado hoje

Romário (Podemos-RJ) lembrou em Plenário o Dia Nacional dos Surdos, comemorado hoje, e disse que os senadores têm o dever de jogar luz sobre a questão da pessoa com deficiência. Ele reconheceu que conquistas importantes foram alcançadas, como o reconhecimento da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) e a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência. Para o senador, esses marcos legais possibilitaram garantias para milhões de brasileiros, mas ele defendeu a adoção de outras iniciativas que ampliem a acessibilidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim critica proposta da Boeing-Embraer a metalúrgicos

Paulo Paim (PT-RS) demonstrou ontem em Plenário sua preocupação com os metalúrgicos da Embraer, de São José dos Campos (SP), que entraram em greve para reivindicar ajuste salarial.

Segundo ele, os funcionários pediram aumento de 6,37% e a empresa ofereceu um reajuste de 3,28%. Paim afirmou que os empregados estão sem reajuste real há quatro anos.

— Além disso, a Boeing-Embraer [...] quer excluir do acordo cláusula que garante a estabilidade aos trabalhadores lesionados, e incluir a terceirização irrestrita na empresa.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Instalado Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado

Jayme Campos (DEM-MT) foi eleito por aclamação para presidir o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado pelos próximos dois anos. O vice-presidente será Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), que recebeu 10 dos 12 votos. Ele concorreu com Marcos do Val (Podemos-ES), que teve 2 votos.

Instalado ontem, o conselho tem como atribuição observar as normas da Constituição, do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoro Parlamentar. Atuando no sentido de preservar a dignidade do mandato, o colegiado recebe e analisa previamente representações ou denúncias feitas contra senadores, que podem resultar em medidas disciplinares como advertência, censura verbal ou escrita, perda temporária do exercício do cargo e perda do mandato.

— Este não será um conselho de revanchismo. Vai prevalecer aqui o que prevê o Regimento Interno e, acima de tudo, a nossa Constituição. Agiremos de forma independente, mas com muito equilíbrio na defesa e intransigência das

boas ações dos que fazem parte do Congresso, acima de tudo aqui, no Senado — disse Jayme Campos.

Já Veneziano agradeceu ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por instalar o Conselho de Ética. Ele defendeu prudência na condução dos trabalhos e disse estar lisonjeado por ter sido escolhido para atuar ao lado de Jayme Campos.

Composição

Os novos membros são Roberto Rocha (PSDB-MA), Jaques Wagner (PT-BA), Telmário Mota (Pros-RR), Major Olimpio (PSL-SP), Weverton (PDT-MA), Ciro Nogueira (PP-PI), Eduardo Gomes (MDB-TO), Marcelo Castro (MDB-PI), Chico Rodrigues (DEM-RR), Otto Alencar (PSD-BA), Angelo Coronel (PSD-BA) e Marcos do Val.

Já os suplentes são Randalfe Rodrigues (Rede-AP), Fabiano Contarato (Rede-ES), Vanderlan Cardoso (PP-GO), Eduardo Girão (Podemos-CE), Lucas Barreto (PSD-AP) e Nelsinho Trad (PSD-MS). Os demais ainda serão indicados.



Veneziano é o vice do colegiado, que terá Jayme Campos presidente

Marcos Oliveira/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDH Salários iguais

9h Entre 9 itens, emendas de Plenário ao PLC 130/2011, que iguala salários de homens e mulheres. Às 14h, debate sobre o Setembro Amarelo.

CI Eletrosul e CGTEE

9h Debate sobre a reestruturação societária entre Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

9h Na pauta, a MP 866/2018, que cria a empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

CRE Defesa cibernética

9h30 Audiência para avaliar o Programa de Defesa Cibernética. Entre os convidados, representantes do CNJ, do ONS, do Serpro, da Unicamp e da Febraban.

CMA Política para o clima

10h Audiência para avaliar a Política Nacional de Mudança do Clima. Às 14h, reunião técnica.

MP 889/2019 Saque do FGTS

10h Audiência pública.

SESSÃO ESPECIAL Brasil e Palestina

10h Celebração dos 40 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Palestina.

PESSOA IDOSA Gerontecnologia

10h Audiência para debater a gerontecnologia, com a participação, entre outros, da presidente da Sociedade Brasileira de Gerontecnologia, Carla Santana; do pesquisador do Centro de Estudos da Economia da Longevidade Jorge Felix e do professor da Universidade Federal de São Carlos Wilson Pedro.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Congresso decide manter cobrança de bagagem

Parlamentares mantiveram veto de Bolsonaro à gratuidade de uma mala de 23 quilos por pessoa em aviões. Apenas uma bagagem de mão de até 10 quilos será gratuita

O CONGRESSO MANTEVE ontem três vetos do presidente Jair Bolsonaro: os que tratam de mudanças na Lei Antidrogas, da reforma administrativa do governo federal e da franquia de bagagem em voos. Na mesma sessão, foi derrubado o veto ao projeto que incentiva a literatura por meio de concursos regionais. Outros temas, como a obrigatoriedade de lista tríplice para a indicação de dirigentes das agências reguladoras, não puderam ser votados por falta de quórum.

O veto à instituição de franquia de bagagem inserida por emenda parlamentar na MP 863/2018, que autorizou até 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas, também foi mantido pelos parlamentares. A MP, aprovada em maio deste ano, modificou o Código de Aeronáutica (Lei 7.565, de 1986).

Pela emenda, o passageiro poderia levar, sem cobrança adicional, uma mala de até 23 quilos nas aeronaves a partir de 31 assentos. Essa é a mesma franquia que existia quando a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) editou uma resolução permitindo a cobrança.

Outro dos vetos mantidos excluiu trechos da lei que autoriza a internação involuntária de dependentes químicos.

A Lei 13.840, de 2019, altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), que coordena medidas relacionadas à prevenção do uso de psicoativos, à atenção à saúde de usuários e à repressão ao tráfico. O texto define as condições de atenção aos dependentes químicos e trata do financiamento das políticas sobre drogas.

Um dos dispositivos que haviam sido vetados buscava diferenciar as penas para traficantes das para usuários de drogas. O trecho vetado estabelecia que a pena deveria ser reduzida se as circunstâncias do fato e a quantidade de droga apreendida demonstrassem “o menor potencial lesivo da conduta”. De acordo com o governo, a proposta seria benéfica ao traficante.

Vício em drogas

Também foi confirmado pelo Congresso o veto a trecho que incluía as comunidades terapêuticas na composição do Sisnad. Ficam fora da lei ainda trechos permitindo prioridade absoluta no Sistema Único de Saúde (SUS) para as pessoas que passassem por atendimento em comunidades terapêuticas. De acordo com o governo, a prioridade no SUS confronta a Constituição.



Davi Alcolumbre, ao lado de Marcelo Castro e Bandeira (Mesa), comanda sessão do Congresso Nacional

Outros trechos com veto mantido pelos parlamentares previam uma reserva de 30% das vagas em empresas vencedoras de licitação para obras públicas voltadas para pessoas atendidas pelas políticas sobre drogas, além de deduções do Imposto de Renda nas doações de pessoas físicas ou jurídicas a projetos de atenção a usuários.

Também foi confirmado o veto à lei da reforma administrativa do governo federal (Lei 13.844, de 2019). A medida provisória que deu origem à norma (MP 870/2019) foi a primeira editada pelo atual governo e trata da extinção e da fusão de órgãos e ministérios.

Entre os itens com veto

confirmado estão a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, dispositivos relacionados às competências da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e a vinculação da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal ao Ministério da Justiça.

Coaf

Outros itens vetados, e mantidos pelos congressistas, foram a manutenção do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no Ministério da Economia e a competência do Ministério da Justiça para demarcar terras indígenas. O presidente editou

uma nova medida provisória (MP 886/2019) para tratar desses órgãos.

O único veto rejeitado ontem foi ao projeto que incentiva a literatura por meio de concursos regionais. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 95/2017 muda a Política Nacional do Livro (Lei 10.753, de 2003) para prever a realização de concursos com objetivo de revelar novos autores.

Durante a votação, a líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), informou que o próprio governo acatou a derrubada do veto.

— Esse é um texto que basicamente incentiva concursos de livros por crianças nas escolas do nosso país.

ICMS sobre produtos agrícolas preocupa exportadores

Representantes de associações de exportadores de commodities agrícolas manifestaram ontem preocupação com a possibilidade de o governo federal passar a cobrar o ICMS nas exportações de produtos agrícolas primários.

Em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o diretor-geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), Sergio Teixeira Mendes, alertou para as perdas que o agronegócio poderá sofrer com o eventual fim da Lei Kandir, que isenta o ICMS nas exportações. O governo federal anunciou recentemente que está estudando a adoção dessa medida.

De acordo com Mendes, qualquer alteração na margem de lucro obtida pelos exportadores de grãos, que já é muito baixa, segundo ele, deverá causar graves prejuízos ao setor.

— Antes de alguém falar em acabar com a Lei Kandir para commodities agrícolas, primeiro tem que analisar a situação da produção agrícola antes e depois desta lei. Antes era uma monotonia, um negócio completamente

parado. A partir da Lei Kandir, houve um crescimento muito forte da produção — disse ele, apresentando dados sobre a evolução da produção e exportação brasileira de soja, antes e após a edição da lei, em 1996.

Também contrário à incidência do ICMS sobre as exportações agrícolas, o representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) Rogério Croscato destacou a importância das exportações do agronegócio para a economia. Segundo ele, sem as exportações de produtos agrícolas, o saldo da balança comercial seria negativo.

Diretor de Projetos da Associação Brasileira de Frutas

e Derivados (Abrafrutas), Jorge Luis de Souza observou que, mesmo sendo o 3º maior produtor mundial de frutas, atrás apenas de China e Índia, o Brasil é apenas o 24º exportador desses produtos.

A primeira mesa de discussão foi dirigida pela presidente da CRA, senadora Soraya Thronicke (PSL-MS).

Uma segunda mesa de debate, conduzida pelo senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), debateu a contribuição da Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo (Esalq-USP) e da Universidade Federal de Viçosa (MG), para o fortalecimento das exportações agrícolas.



Soraya Thronicke (C) preside audiência sobre exportação agrícola

Davi Alcolumbre assegura votação da Previdência para a próxima terça-feira

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem que a convocação da sessão do Congresso que ocorreu na última terça-feira não foi teve o objetivo de adiar a votação da reforma da Previdência (PEC 6/2019). A análise da proposta em primeiro turno no Plenário do Senado está prevista para a tarde de terça, e o presidente do Senado confirmou a data.

Segundo Davi, a deliberação sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 5/2019) foi cobrada por deputados, ministros e senadores, principalmente os integrantes

da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

— Eu quero dizer que de maneira nenhuma eu gostaria de cancelar a reunião da Comissão de Constituição e Justiça [CCJ], eu gostaria de cancelar a leitura do parecer do relator da reforma. Se cometi um erro, peço desculpa à senadora Simone Tebet [presidente da CCJ] e ao senador Tasso Jereissati [relator da PEC]. Mas eu jamais fiz com o intuito de atrasar o trabalho da CCJ, da votação da previdência e do trabalho do relator — garantiu.

Emenda constitucional que trata da cessão onerosa será promulgada hoje

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou para hoje, às 11h, a promulgação de emenda à Constituição da cessão onerosa, que autoriza o governo federal a fazer leilão de novos campos de exploração de petróleo na camada do pré-sal.

A parte da proposta de

emenda à Constituição relativa ao compartilhamento dos recursos arrecadados nos leilões do pré-sal, que destina 15% do valor aos municípios e outros 15% aos estados e ao Distrito Federal, foi incluída no texto pelo Senado e segue em tramitação em comissão especial da Câmara dos Deputados.

Rogério de Sá/Agência Senado



Guedes fala ao lado do deputado Rodrigo Maia (C) e do presidente da comissão, Marcelo Castro (2º à dir)

Ministro da Economia apoia desvinculação de receitas

Paulo Guedes afirmou, na Comissão Mista de Orçamento, que o governo vai apresentar uma proposta de novo pacto federativo, com o qual caberá ao Congresso a palavra final sobre o Orçamento da União

O MINISTRO DA Economia, Paulo Guedes, disse que o governo enviará uma proposta de pacto federativo em que o Congresso assumirá o controle sobre a definição do Orçamento da União. A ideia, afirmou, é “desindexar, desvincular e desobrigar” as despesas primárias federais.

Guedes participou ontem de debate na Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre as propostas de Lei Orçamentária Anual de 2020 (PLN 22/2019) e de Plano Plurianual de 2020 a 2023 (PLN 21/2019).

O ministro disse que, da forma como hoje evoluem as contas públicas, o crescimento constante das despesas obrigatórias da União impedirá o investimento público. As despesas obrigatórias corresponderão a 94% do Orçamento em 2020, sendo a maior parte a Previdência Social (46% do total) e a folha de pagamento (23%). Já as despesas discricionárias, que incluem os investimentos, somarão 6% do Orçamento. Estão reservados na proposta cerca de R\$ 19 bilhões, o mais baixo patamar da história, segundo Guedes, que espera rever o montante em decorrência de esperadas melhoras no desempenho da economia.

Nesse cenário, o ministro defendeu o fim das despesas

obrigatórias e dos reajustes automáticos (pela inflação ou por outros indicadores) e propôs a maior repartição de recursos federais com estados e municípios. Segundo ele, com o novo pacto, o Congresso será transformado na Casa que efetivamente representa o povo.

— Representar o povo é controlar o Orçamento. O Congresso existe para decidir para onde vão os recursos públicos.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, concordou com a necessidade de mudanças nas contas públicas.

— O Orçamento atende à cúpula do serviço público e poucas empresas que conseguem incentivos fiscais. Nas reformas que juntos defendemos, ainda que com divergências, o objetivo é o mesmo: que o Parlamento possa transformar o Brasil, reduzir a pobreza, reduzir as desigualdades e garantir o crescimento econômico com geração de empregos — disse.

O relator da proposta de Orçamento para 2020, deputado Domingos Neto (PSD-CE), perguntou se algumas medidas podem ser urgentes, com impacto já no próximo ano. Guedes respondeu que a proposta ainda está em análise e que só será encaminhada ao Congresso depois da aprovação da reforma da Previdência (PEC

6/2019). Sobre a desindexação das despesas, o ministro adiantou que, se não houver correção em nenhuma rubrica, sobriam R\$ 37 bilhões para gastar. Com a correção do salário mínimo pela inflação, seriam R\$ 27 bilhões.

Privatizações

O relator da proposta de PPA, senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), comentou que as despesas de capital previstas de 2020 a 2023 devem somar R\$ 135 bilhões, ou 0,2% de tudo que se pretende gastar no mesmo período (R\$ 6,8 trilhões). Segundo Guedes, com a falta de recursos públicos, os investimentos no país terão de vir do setor privado, como em privatizações.

— Como em várias partes do mundo, esse é o caminho da prosperidade — reforçou.

O deputado Glauber Braga (Psol-RJ) questionou Guedes sobre a redução de recursos para a educação pública e sobre a atuação empresarial do ministro em instituições privadas de ensino. Guedes disse que estava na CMO para falar do Orçamento e que não comentaria questões pessoais. Braga insistiu nos questionamentos e o presidente da CMO, senador Marcelo Castro (MDB-PI), encerrou a reunião.

Regularização fundiária é burocrática, aponta debate

Mudanças na Lei de Regularização Fundiária (Lei 13.465, de 2017) foram debatidas ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). Para especialistas e parlamentares, a lei é muito burocrática. O representante da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, Gustavo Zarif, afirmou que a regularização é complexa.

— Não existem soluções mágicas nem soluções fáceis. É uma questão complexa.

De acordo com a especialista em regularização fundiária Fabiana Torquato, a legalização de terra é importante não somente porque é a garantia de

um direito social, mas porque pode ajudar a superar a crise.

— Nos Estados Unidos e na Europa, as pessoas utilizam o capital delas, que é a propriedade, para alavancar recursos, para conseguir empréstimos, financiamentos e até os próprios negócios. Então, o que nós entendemos é que a possibilidade de os municípios hoje que detêm a competência para regularização, eles de fato poderiam ter as suas economias locais impactadas pela regularização, já que a gente teria esses recursos fundiários inseridos na economia — afirmou.

O senador Izalci Lucas

(PSDB-DF) lamentou que a Lei de Regularização Fundiária não tenha acabado com a burocracia.

— Nós cometemos equívocos. Primeiro, a gente não deu estrutura nem para o Incra nem para o Secretaria de Patrimônio da União, para que eles pudessem regularizar. Não temos oferecido tecnologia, e que tem hoje, no mercado disponível para desenvolver.

Mencionando o início da regularização fundiária por meio de autodeclaração no Amapá, o senador Lucas Barreto (PSD-AP) afirmou que essa experiência pode ajudar outros estados.

Para Mailson da Nóbrega, Coaf no Banco Central é “aberração”

A transferência do Coaf para o Banco Central (BC) é uma “aberração administrativa”, sem paralelo no Brasil e no mundo, segundo avaliação do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, que participou ontem de audiência sobre a medida provisória.

A MP 893/2019 transforma o Coaf, antes ligado ao Ministério da Economia, na Unidade de Inteligência Financeira (UIF), agora vinculada administrativamente ao Banco Central.

— O Coafe e o BC são órgãos de mesmo nível hierárquico, um subordinado ao outro. O BC e o Coaf são órgãos de segundo escalão que costumam estar vinculados à Presidência da República ou a ministro de Estado. A vinculação do Coaf ao BC significa uma redução da importância do Coaf do ponto de vista administrativo — afirmou o ex-ministro.

Viena

Mailson ressaltou que o Coaf é resultado do Acordo de Viena, assinado pelo Brasil, e compõe um sistema internacional de troca de informações que se relaciona com órgãos similares de todo o mundo com o objetivo de aperfeiçoar o combate à lavagem de dinheiro.

— Por que nos Estados Unidos a unidade de inteligência financeira não é vinculada ao

Banco Central americano? Porque não faz o menor sentido. O Banco Central é um órgão regulador do sistema financeiro, que tem a responsabilidade de assegurar a estabilidade da moeda e do sistema financeiro. O Coaf é conhecido pela qualidade do serviço que presta, tem sua qualidade atestada por instituições que tratam do mesmo assunto nos Estados Unidos — afirmou.

Mailson insistiu que a transferência do Coaf para o BC é uma medida “impensada”, adotada pelo governo “sem discussão e conveniência”.

— A pressa foi tanta que eles não se deram ao trabalho de verificar que “unidade de inteligência financeira” é denominação genérica desses órgãos, é como mudar o nome de Brahma para cerveja — afirmou.

O debate contou com a participação de servidores da autoridade monetária, que também questionaram a eficácia da proposição. O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Paulo Lino Gonçalves, endossou as palavras de Mailson e pediu que a medida seja recusada.

— O ideal seria recusar integralmente a MP, inconveniente, mal feita, e que trará problemas nos próximos anos — disse.



Mailson e o presidente da comissão mista da MP, senador José Serra

Instalada comissão encarregada de analisar o Código Comercial

A comissão temporária para a Reforma do Código Comercial realizou ontem a primeira reunião para dar início aos trabalhos. O objetivo do colegiado é reanalisar o Código Comercial (Lei 556, de 1850), para readequá-lo às necessidades das transações comerciais atuais.

O presidente, senador Angelo Coronel (PSD-BA), e a relatora, senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), ressaltaram a importância da reforma para a desburocratização das relações comerciais entre as empresas e para a abertura da

economia brasileira.

Composta por nove membros, a comissão, que vai funcionar em caráter temporário, foi criada para examinar o PLS 487/2013, que disciplina a organização e a exploração de empresas nas áreas de direito societário, contratual, cambial e comercial marítimo.

A última versão aprovada do projeto está contida em relatório do ex-senador Pedro Chaves, votado em dezembro de 2018 pela Comissão para Reforma do Código Comercial, que funcionou na legislatura anterior.

Senado aprova indicação de Aras para a PGR

Novo procurador-geral da República foi sabatinado na CCJ antes da votação em Plenário. Na comissão, defendeu a Lava Jato, mas disse que a operação é passível de correções

A INDICAÇÃO DE Antônio Augusto Brandão de Aras para o cargo de procurador-geral da República foi aprovada ontem no Senado com 68 votos a favor, 10 votos contrários e 1 abstenção. Ontem mesmo, a nomeação foi assinada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e publicada em edição extra do *Diário Oficial da União*. Aras assume mandato de dois anos à frente do Ministério Público, para o qual poderá ser reconduzido uma vez.

A mensagem foi votada no Plenário em regime de urgência logo após a sabatina de Aras na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde a indicação foi relatada por Eduardo Braga (MDB-AM).

Segundo o senador, Aras não apenas cumpriu todas as exigências legais e de currículo, mas também “com a sua história de procurador e de promotor de Justiça para a contribuiu na construção do Estado Democrático de Direito”.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, acompanhou a reunião da CCJ.

— O papel do procurador-geral da República neste momento da história nacional será fundamental para o equi-

librio, para a autonomia e para que os Poderes harmônicos e independentes possam ajudar o Brasil e os brasileiros.

Na sabatina, Aras defendeu a Operação Lava Jato e sua principal tarefa de combater os crimes de colarinho branco, mas admitiu que o modelo da força-tarefa é “passível de correções”. Segundo ele, “talvez tenha faltado uma cabeça branca”, numa referência à idade dos procuradores que comandam a operação.

— A Lava Jato é um marco, traz boas referências. Mas é preciso que percebamos que toda experiência nova traz dificuldades. Sempre aponte os

excessos, mas sempre defendi a Lava Jato, que é resultado de experiências anteriores. Esse conjunto de experiências gerou um novo modelo, passível de correções — argumentou.

Autonomia

A indicação de Aras quebrou uma tradição seguida desde 2003, em que o nome era escolhido pelo presidente da República a partir de uma lista com os três mais votados em seleção interna dos procuradores. Jair Bolsonaro decidiu indicar um nome fora da lista tríplice definida pela Associação Nacional dos Procuradores da República, o que gerou

críticas dentro do Ministério Público.

Senadores perguntaram a Aras se ele vai zelar pela autonomia do órgão. Ele negou submissão ao governo.

— Asseguro que não faltarão independência e respeito a todas as opiniões — defendeu.

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) lembrou que Aras assinou uma carta de compromisso com uma série de “valores cristãos” descritos pela Associação Nacional de Juristas Evangélicos, que considera como famílias apenas aquelas formadas por pessoas heterossexuais.

Em resposta, Aras disse ter assinado a carta sem ler. Disse não acreditar em cura gay e manifestou apoio ao casamento de pessoas do mesmo sexo. Ele afirmou, contudo, que a permissão deve ocorrer por decisão do Congresso, e não do Supremo.

Em relação aos direitos dos indígenas, Aras defendeu a produção agrícola em terras ocupadas por índios. Para ele, é fundamental combinar crescimento econômico, proteção ao meio ambiente e direito à repartição igualitária dos recursos naturais para todos os cidadãos.



Augusto Aras é sabatinado ao lado de Simone Tebet, Jorginho Mello e Davi Alcolumbre

Aprovados empréstimos de US\$ 180 milhões para cidades de MG

O Plenário aprovou ontem três empréstimos de crédito externo para municípios de Minas Gerais, no valor aproximado de US\$ 180 milhões. Os textos vão a promulgação.

Dois empréstimos são para Belo Horizonte e foram relatados na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM).

Um dos empréstimos (PRS 91/2019) será feito no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 56 milhões (aproximadamente R\$ 232 milhões). Os recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Modernização

e Melhoria da Qualidade das Redes de Atenção em Saúde da capital mineira.

Já o PRS 92/2019 libera a operação de crédito externo no valor de US\$ 82,5 milhões (cerca de R\$ 342 milhões) entre Belo Horizonte e a Corporação Andina de Fomento (CAF).

O dinheiro será usado no financiamento parcial do Programa de Governo e do Orçamento Participativo da cidade. Os recursos vão permitir a execução de obras de mobilidade urbana, como a criação de corredores de transporte coletivo e a conclusão de unidades de pronto atendimento (UPAs).

Também foi aprovado o PRS 90/2019, que autoriza o município de Contagem (MG) a contratar operação de crédito externo no valor de até

US\$ 42 milhões (em torno de R\$ 175 milhões). Os recursos serão usados para financiar parte do Programa Sistema Integrado de Mobilidade da

cidade. O programa prevê faixas exclusivas para ônibus e integração entre terminais para melhorar o transporte coletivo na cidade.

Criciúma (SC) terá financiamento para mobilidade

Também foi aprovado ontem no Plenário projeto de resolução (PRS 93/2019) que autoriza que o município de Criciúma (SC) a contratar empréstimo externo de US\$ 17,2 milhões (cerca de R\$ 714 milhões). A proposta vai a promulgação.

O empréstimo será feito no Fundo Financeiro para

o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e servirá para financiar parcialmente o Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana do município. Entre as obras previstas no projeto, está a duplicação da principal avenida do bairro São Luiz e a revitalização de vias municipais.

O dinheiro será liberado entre 2019 e 2022 e poderá ser pago em 180 meses. O contrato prevê que o município complementarmente o investimento com montante igual. O relator da autorização na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR).

Marcio Bittar elogia discurso de Bolsonaro na ONU

Marcio Bittar (MDB-AC) parabenizou ontem, em Plenário, o presidente Jair Bolsonaro pelo seu discurso, na terça-feira, durante a abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova York. O senador destacou que Bolsonaro teve a coragem de afirmar, na presença de representantes de todos os países, que a Amazônia brasileira nos pertence.

Bittar criticou os setores que desejavam que o presidente fizesse um discurso contrário às suas convicções.

— Ele foi na ONU o que ele é.



Plínio Valério defende instalação de CPI das ONGs

Plínio Valério (PSDB-AM) defendeu em Plenário a instalação da CPI das ONGs, para investigar organizações cujos dirigentes se aproveitam do tema amazônico para ganhar dinheiro.

— Não estamos querendo estigmatizar nem demonizar nenhuma ONG. As ONGs boas serão preservadas, assim como a gente separa o joio do trigo, valorizando o trigo, que são as boas e, é claro, investigando o joio, que são ONGs más — afirmou o senador, para quem todo brasileiro deve conhecer a Amazônia para defendê-la.



Jarbas critica decisão de importar etanol dos EUA

Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) criticou ontem em Plenário a decisão do governo que autorizou a importação isenta de tarifas de etanol de milho dos Estados Unidos. Na opinião do senador, essa medida irá prejudicar a economia de vários estados produtores de cana-de-açúcar, principalmente Pernambuco.

— São cerca de 60 usinas que empregam diretamente 300 mil trabalhadores e produzem mais de 2 bilhões de litros de etanol por ano. São esses empregos que estão agora ameaçados.



Esperidião Amin se posiciona contra derrubada de vetos

Esperidião Amin (PP-SC) se posicionou em Plenário contra a decisão do Congresso Nacional de derrubar 18 vetos presidenciais à nova Lei do Abuso de Autoridade (Lei 13.869, de 2019).

O senador disse que votou pela manutenção dos 33 vetos apostos ao projeto por entender que a lei teria menos imperfeições se publicada com a supressão.

— A lei seria, no meu sentir, menos imperfeita com os vetos que foram apostos pelo presidente da República.



Wellington celebra implantação de universidades

Wellington Fagundes (PL-MT) comemorou ontem em Plenário o anúncio feito pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, da implantação de novas universidades em Jataí e Catalão (GO), Parnaíba (PI), Garanhuns (PE), Araguaína (TO) e Rondonópolis (MT).

Para o senador, a criação das escolas resulta de muita luta, inclusive das comunidades dos estados, e possibilitará mais desenvolvimento, atendendo a demanda dos jovens aptos a ingressar nas universidades.



Prevenção ao suicídio de policiais segue para Plenário

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais prevê ações para o tratamento de doenças mentais de profissionais de segurança. Proposta também obriga a publicação anual sobre transtornos

O PROGRAMA DE atenção psicossocial e de saúde do trabalho dos policiais (Pró-Vida) deve ter ações específicas para tratamento de doenças mentais e prevenção ao suicídio. É o que prevê o texto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PL 4.815/2019, do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e recebeu parecer favorável da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA).

“Temos diariamente discutido o assassinato de policiais e de civis por policiais, no sentido de proteger a vida de todos, e isso é necessário. Mas aqui estamos falando de números impressionantes de suicídio de policiais”, diz Eliziane. Ela pediu urgência para votação no Plenário.

Ao justificar o projeto, Alessandro, que vem da carreira



Relatora, Eliziane Gama pediu urgência para a votação em Plenário

policiais, afirma que a exposição contínua à violência pode tornar o indivíduo mais vulnerável às doenças psíquicas, à dependência química e às afecções psicossomáticas.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados 104 suicídios de policiais civis e militares em 2018. O levantamento revela que o número de

policiais que se suicidaram é superior ao de policiais assassinados. Eliziane comentou que a depressão não escolhe as vítimas.

— Depressão atinge todas as faixas etárias e classes sociais. Ela precisa ser enfrentada pelo poder público e precisamos avaliar vários aspectos, por exemplo, o acesso da população aos profissionais por meio dos planos de saúde — disse.

Diretor de uma empresa de segurança por 15 anos, o senador Eduardo Girão (Podemos-CE) afirmou que o acesso fácil a arma de fogo, associado à fragilidade emocional causada pelo ofício e outros fatores da vida pessoal, pode ser muito perigoso para os profissionais da segurança.

— Temos de redobrar os cuidados com esses profissionais e nos antecipar ao que pode ser uma ação intempestiva — disse Girão.

Eliziane comemora aprovação do projeto que estabelece programa de atenção psicossocial

Eliziane Gama (Cidadania-MA) comemorou a aprovação pela CAS do projeto que trata da prevenção ao suicídio entre policiais.

A senadora reafirmou a responsabilidade do Estado sobre o alto número de suicídios no país. Segundo ela, o tema em questão

atualmente no Congresso é a liberação do uso de arma de fogo, um dos instrumentos mais utilizados para o suicídio.

— Uma arma à disposição de quem quer cometer suicídio é um elemento que estimula o suicídio de uma forma muito mais rápida.

Setembro Amarelo será tema de audiência pública hoje

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz hoje, às 14h, audiência pública para debater o Setembro Amarelo, campanha de conscientização sobre a necessidade de prevenir o suicídio.

O requerimento de Leila Barros (PSB-DF), teve o apoio de vários senadores — entre eles, Flávio Arns (Rede-PR), Zenaide Maia (Pros-RN),

Eduardo Girão (Podemos-CE) e Styvenson Valentim (Podemos-RN). Leila destaca que o suicídio “é um fenômeno complexo, de múltiplas determinações, mas saber reconhecer os sinais de alerta pode ser o primeiro e mais importante passo”.

Mulher

A comissão também tem pauta de votações hoje, a partir

das 9h. Entre os itens, o Projeto de Lei (PL) 1.909/2019, que pretende incluir conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher como temas transversais. O texto adiciona o tema dos direitos humanos no rol dos componentes curriculares obrigatórios da educação básica. De Rose de Freitas (Podemos-ES), a proposta tem parecer favorável de Zenaide Maia.

Comissão aprova, com emendas, medida do Médicos pelo Brasil

A comissão mista que analisa a medida provisória da criação do Médicos pelo Brasil, programa de assistência básica que substitui o Mais Médicos, concluiu ontem seus trabalhos com a aprovação do relatório do senador Confúcio Moura (MDB-RO) e de duas emendas que tinham sido rejeitadas pelo relator e acabaram sendo aprovadas na forma de destaques. O texto do projeto de lei de conversão da MP 890/2019 segue para apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.

A maior controvérsia entre os parlamentares se deu em torno das emendas de número 9, do deputado Luiz Antonio Teixeira (Progressistas-RJ), e 98, de teor idêntico, do deputado Hiran Gonçalves (Progressistas-RR).

O texto institui a isonomia das carreiras médicas com o retorno do pagamento da gratificação de desempenho da carreira da Previdência, da saúde e do trabalho, medida considerada de “justiça aos médicos federais”. Apesar dos argumentos da bancada governista de que a gratificação cria despesa indevidamente, o destaque foi aprovado.

Originalmente rejeitada pelo relator, também foi aprovada pela comissão a emenda oferecida pelo deputado Alexandre Padilha (PT-SP) que permite aos estados, isoladamente ou em consórcios, executar diretamente o Projeto Mais Médicos para o Brasil, dentro do Programa Mais Médicos, podendo para isto firmar

acordos, inclusive com organismos internacionais e instituições de educação superior estrangeiras.

A escolha dos municípios para os quais os profissionais serão direcionados seguirá critérios de população e número de cadastrados em programas sociais. A forma de seleção dos profissionais deve mudar. Antes bastava fazer a inscrição pela internet. Agora o candidato vai ter que fazer uma prova escrita. Quem for aprovado já vai poder trabalhar. Porém, o candidato selecionado que não tiver especialização em medicina da família deverá passar por um curso sobre o tema nos primeiros dois anos, recebendo uma bolsa-formação.

Cubanos

Em seu relatório, Confúcio Moura acolheu regra “excepcional e transitória” para admissão direta de médicos cubanos remanescentes do programa Mais Médicos por parte do Ministério da Saúde, na condição de intercambistas, mas impondo a esses profissionais a exigência de terem permanecido no Brasil entre 13 de novembro de 2018 (quando foi denunciado o acordo de cessão dos médicos pelo governo de Cuba) e a entrada em vigor da medida provisória.

Ele também acolheu emenda que torna mais explícitos os termos de colaboração das instituições de ensino públicas e privadas na aplicação do Revalida e assegura a uniformidade da avaliação em todo o território nacional.



Relatório de Confúcio (2º à esq.) foi aprovado e texto vai a Câmara

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Especialistas criticam desmatamento ilegal

Convidados da Comissão Mista de Mudanças Climáticas afirmaram em audiência no colegiado que o roubo de áreas públicas para agricultura e pecuária está por trás dos incêndios na Amazônia

A MAIOR PARTE dos incêndios na Floresta Amazônica tem origem no desmatamento ilegal, usado principalmente para liberar áreas para a agricultura e para a pecuária, e ocorre em áreas públicas, segundo convidados da audiência pública promovida pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC).

O pesquisador Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), disse que vem aumentando nos últimos anos o roubo de áreas públicas na região.

— Há um aumento muito grande de roubo de floresta pública [...]. Uma parte significativa do desmatamento é provocada por ação de grupos criminosos que usurpam o bem público.

Moutinho informou que as terras privadas na Amazônia, em sua maioria áreas agrícolas e de pastagens, correspondem

a 21% da área total da floresta e são responsáveis por 35% do desmatamento. Já as terras indígenas têm 25% da área da floresta e respondem por apenas 1% do desmatamento.

O pesquisador também afirmou que existem de 15 a 20 milhões de hectares já degradados e abandonados que, se recuperados e usados para produção agrícola, “não será mais necessário derrubar mais floresta para expandir a produção”.

— O futuro do agronegócio, que é o pilar fundamental da economia desse país, depende da manutenção das florestas em pé, principalmente da Amazônia, que é o irrigador gigante do agronegócio brasileiro — explicou.

O diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Olivaldi Alves Borges Azevedo, disse que o monitoramento da Amazônia é feito com o uso

de diversos satélites, cujas imagens são analisadas em um centro de monitoramento. Em seguida, os dados são repassados para o setor de fiscalização. Ele disse que há vários grupos de combate ao desmatamento na região, geralmente com 9 a 12 pessoas, que sempre trabalham com apoio das polícias ou da Força Nacional.

Pulmão do mundo

Representando a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, Alexandre Gontijo Bahia, afirmou que a floresta não é o “pulmão do mundo”, mas uma “espécie de coração planetário”.

— Estudos científicos mostram que a Amazônia funciona como uma grande usina de bombeamento hídrico, regional e mundial [...].

O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Darcton Policarpo Damiano, informou que o órgão usa diversos satélites para acompanhar desmatamentos e queimadas na região.

A audiência foi conduzida pelo presidente da CMMC, senador Zequinha Marinho (PSC-PA). Para ele, é urgente e necessária a regularização fundiária na região para facilitar a fiscalização.

Também participaram do debate o deputado Leônidas Cristino (PDT-CE) e o senador Jaques Wagner (PT-BA).



Paulo Moutinho fala em audiência dirigida por Zequinha Marinho (3º à esq.)

Acordos sobre o clima serão debatidos em comissão

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) faz hoje, às 10h, audiência pública sobre o cumprimento, pelo governo brasileiro, dos acordos assinados para a Política Nacional sobre Mudança no Clima (PNMC — Lei 12.187, de 2009).

O debate foi solicitado por Fabiano Contarato (Rede-ES), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Carlos Viana (PSD-MG)

e Eliziane Gama (Cidadania-MA) e faz parte do plano de trabalho para monitorar, ao longo do ano, a execução da política sobre mudança climática.

Firmada em 2010, a PNMC tem como meta a redução em até 39% das emissões de gases de efeito estufa pelo Brasil até 2020.

Em 2015, o Brasil assinou

o Acordo de Paris, comprometendo-se a reduzir suas emissões em 37% até 2025, em relação a 2005, e indicou uma redução de 43% em 2030, em relação ao mesmo ano.

O colegiado vai promover outra reunião também hoje, às 14h, sobre os relatórios setoriais da PNMC, com foco na mitigação de gases de efeito estufa.

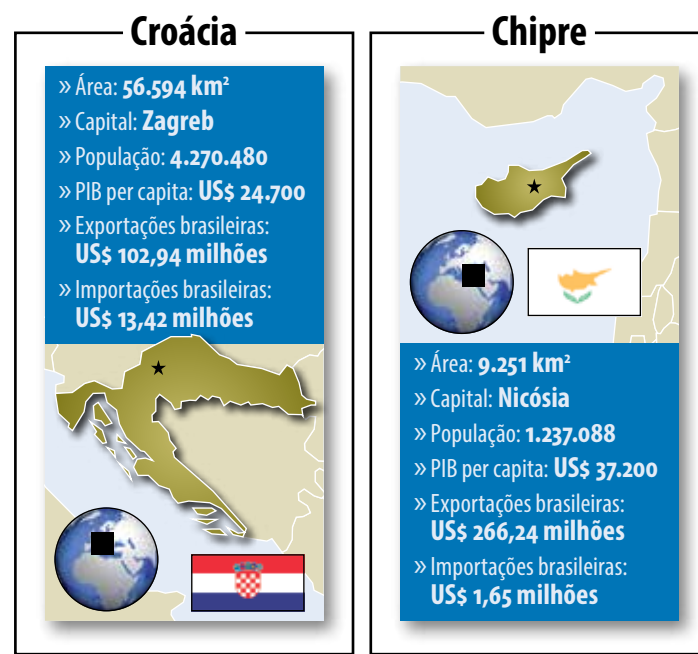
Programa de Defesa Cibernética é tema de audiência

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) debate hoje, às 9h30, o Programa Nacional de Defesa Cibernética. A audiência foi pedida por Nelsinho Trad (PSD-MS), que destaca a importância do aprimoramento desse setor para fomentar a pesquisa científica, desenvolver sistemas computacionais de defesa e tecnologias que

permitam o planejamento e a execução da defesa cibernética.

“O setor cibernético é, ao lado do espacial e do nuclear, setor estratégico para a defesa do país, o que requer seu fortalecimento, aperfeiçoando dispositivos de segurança e adotando procedimentos que diminuam a vulnerabilidade dos sistemas, que possuam suporte de tecnologia da infor-

mação e comunicação”, justifica o senador. A audiência contará com a presença de juízes, professores, pesquisadores, engenheiros, profissionais de segurança de dados e representantes do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).



Fonte: CIA World Factbook e Ministério da Economia

Chipre e Croácia: Plenário votará indicações a embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem as indicações para os embaixadores do Brasil no Chipre e na Croácia. Antes da votação, os diplomatas Eduardo Ibiapina de Seixas (Chipre) e Mauro Vieira (Croácia) passaram por sabatina. As indicações serão votadas agora no Plenário.

O Chipre descobriu recentemente a terceira maior jazida de gás natural do mundo e empresas brasileiras do setor podem se beneficiar das oportunidades que se abrem, disse Ibiapina.

— A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) tem procurado estimular o empresariado nacional para que demonstre a capacitação que adquiriu com o pré-sal no Brasil e prospecte oportunidades também no Chipre — afirmou.

Ele disse ainda que empresas cipriotas já investem na economia US\$ 645 milhões (cerca de R\$ 2,7 bilhões).

Já o indicado à chefia da embaixada na Croácia destacou que o Brasil costuma ter um superavit estrutural superior a US\$ 100 milhões anuais no comércio o país. Para Vieira, as perspectivas são promissoras, pois as trocas comerciais têm crescido a uma média de 30% ao ano.

Na reunião foram apresentados relatórios tratando da indicação de chefes para as embaixadas na Turquia e

em Barbados.

A senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) destacou que as relações entre Brasil e Turquia passaram por uma “evolução sem precedentes” entre 2005 e 2010.

Esse impulso fez com que as trocas bilaterais anuais passassem de cerca de US\$ 350 milhões nos anos iniciais do século 21 para US\$ 2,7 bilhões em 2012. A crise brasileira fez com o comércio sofresse quedas nos anos seguintes, mas em 2017 e 2018 o Brasil tem conseguido manter superávits próximos a US\$ 1,4 bilhão nas trocas com a Turquia. O indicado para chefiar a embaixada em Istambul é o diplomata Carlos Ceglia.

Barbados

Telmário Mota (Pros-RR) apresentou seu relatório sobre a indicação da diplomata Vera Campetti à embaixada em Barbados. Ele lembrou os investimentos da Ambev no país caribenho.

A cervejaria adquiriu o controle acionário da Banks Beer e da Deputy Beer, as cervejas mais vendidas em Barbados, e pretende tornar o país um exportador para toda a América Central e Caribe.

As sabinas de Ceglia e Campetti devem ocorrer na semana que vem, em data a ser definida pelo presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS).



Entre Eduardo Ibiapina e Mauro Vieira, Nelsinho Trad dirige sabatina

Quase metade dos lares brasileiros não tem esgoto

De acordo com dados apresentados ontem na Comissão de Infraestrutura, mais de 1,5 milhão de piscinas olímpicas com dejetos foram lançadas ao meio ambiente no Brasil, somente em 2019

EM AUDIÊNCIA ONTEM na Comissão de Infraestrutura (CI) sobre a universalização do saneamento básico, debatedores alertaram que 48% da população brasileira ainda não têm coleta de esgoto. Eles pediram a atenção do Senado e do governo para mudar a realidade.

O fundador da World Toilet Organization, Jack Sim, que trabalha com o desenvolvimento da tecnologia sanitária em vários países, disse que a cada dólar gasto com saneamento há um retorno cinco vezes maior.

O presidente executivo do Instituto Trata Brasil, Édison Carlos, afirmou que 35 milhões de brasileiros ainda não têm água tratada, o que equivale à população do Canadá.

— O Brasil exporta tecnologia agrícola e não consegue ainda entregar esgoto tratado — lamentou.

Segundo o “esgotômetro”, medidor de esgoto despejado na natureza, disponível no site do Trata Brasil, mais de 1,5 milhão de piscinas olímpicas de esgoto foram lançadas ao meio ambiente no Brasil este ano.

— Não há nenhum impacto ambiental hoje maior do que o lançamento de esgoto. E é um assunto que a gente ainda



Jack Sim e senador Styvenson observam exposição de Édison Carlos

não consegue dar velocidade necessária para solucionar — disse.

Édison Carlos mostrou um estudo da Fundação Getúlio Vargas, entregue ao ex-presidente Michel Temer e ao presidente Jair Bolsonaro, segundo o qual o Brasil ganharia R\$ 1,1 trilhão nos próximos 20 anos se universalizasse o saneamento básico, a um custo de R\$ 470 bilhões.

Proposta

De acordo com ele, deverá chegar ao Senado e à Câmara uma proposta de projeto de lei sobre o assunto. Édison pediu o compromisso dos senadores para aprovar a proposta.

Styvenson Valentim (Podemos-RN) perguntou por que não se dá prioridade às

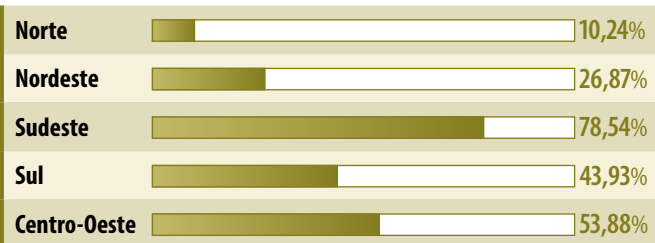
obras de saneamento. Édison respondeu que, na década de 1970, houve um intenso movimento para obras de saneamento básico, mas que se priorizou a entrega da água potável. A coleta e o tratamento de esgoto ficaram para outro momento.

Números do Brasil



Fontes: SNIS 2017, Instituto Trata Brasil, Censo 2017 e IBGE

Percentual atendido por coleta de esgoto



Colegiado vai debater estrutura de subsidiárias da Eletrobras

A Comissão de Infraestrutura (CI) vai se reunir hoje, às 9h, em audiência solicitada por Dário Berger (MDB-SC), para discutir a reestruturação societária das subsidiárias Eletrosul Elétricas S.A e a Companhia de

Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, e representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica estão convidados.

Comissão mista da medida sobre zika e microcefalia é instalada

A comissão mista da medida provisória que institui pensão para crianças que nasceram com microcefalia, decorrente do Zika Vírus (MP 894/2019), foi instalada ontem. Na reunião foram eleitos o deputado Diego

Garcia (Podemos-PR) como presidente e o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) como relator.

O prazo para apresentação do relatório termina em fevereiro, mas os parlamentares querem concluir os trabalhos neste ano.

Governo quer levar internet por fibra ótica ao Norte e Nordeste

Duas propostas do governo que pretendem aumentar a oferta de internet com velocidade e qualidade para a população, especialmente nos locais mais distantes do Norte e do Nordeste, foram apresentadas ontem em audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Os Projetos Nordeste Conectado e Amazônia Integrada e Sustentável (Pais) buscam garantir a instalação da infraestrutura de conexão, com fibra ótica passando até pelos leitos dos rios, para ampliar o acesso à internet e, conseqüentemente, à educação, à justiça e à saúde, disseram os debatedores.

O formato inova por contar com a parceria de vários órgãos, como o Exército, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) — que conecta universidades, institutos e hospitais de ensino, especialmente no Nordeste.

A RNP aliou-se à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) para melhorar a sua conexão usando, por 20 anos e sem custos, a infraestrutura da Chesf na implantação de uma rede de alta velocidade de internet, por meio de fibra ótica. Os projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações

e Comunicações expandem o alcance da rede, para beneficiar o próprio governo e, numa segunda etapa, a população, com a cessão de parte da fibra ótica da RNP para provedores privados, principalmente os regionais, menores.

Já o Projeto Amazônia Integrada e Sustentável busca implantar um cinturão de fibra ótica pelo leito dos rios na região Norte interligando as principais cidades. Ele seria a continuação, após a correção de erros, do Projeto Amazônia Conectada, programa semelhante iniciado em 2014. O objetivo é implantar mais de 10 mil quilômetros de cabos de fibra ótica por baixo dos leitos dos rios, enterrados, além de outros 778 quilômetros de cabo submarino e 498 quilômetros de cabo terrestre, formando um “cinturão ótico”, unindo o Oceano Atlântico ao Pacífico, explicou Carlos Hetzel, assessor parlamentar do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) e um dos idealizadores da proposta.

Esse cinturão conectaria Macapá e Tabatinga (AM), levando conectividade para cidades e comunidades ribeirinhas, e também se ligaria à rede da RNP e obedeceria às regras do modelo implantando no Nordeste.



Julio Semeghini fala em audiência conduzido por Chico Rodrigues (D)

INSS explica MP que antecipa pagamento de 13º

A comissão mista da medida provisória que torna permanente a antecipação de metade do 13º salário de aposentados e pensionistas discutiu ontem, em audiência, a MP 891/2019.

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Renato Rodrigues Vieira, explicou aos parlamentares que a MP trata de dois ajustes dentro das ações do INSS. Um é a formalização da antecipação para agosto do pagamento de metade do 13º salário a aposentados e pensionistas. O segundo é uma alteração na data prevista para recebimento de bônus por servidores do INSS.

Sobre a antecipação do

13º, Vieira informou que a prática já é adotada, de forma discricionária, desde 2006 e é paga a cerca de 30 milhões de beneficiários. O abono é calculado da mesma forma que a gratificação de Natal dos trabalhadores.

Todos os anos, aposentados e pensionistas pelo INSS recebem o abono em agosto. A segunda parcela é paga com os benefícios de novembro. A antecipação para agosto é feita por meio de decreto presidencial. A MP, na avaliação de um dos diretores da Secretaria Especial de Previdência do Ministério da Economia, Benedito Brunca, vai trazer mais segurança para os beneficiários.

— Deixa de ser uma política de governo e passa a ser uma política de Estado.

Outro diretor, Miguel Kaum, lembrou que a revisão da concessão de benefícios é um instrumento para evitar fraudes no sistema previdenciário.

— Daí a importância de não se ter processos pendentes.

Sobre o bônus, Vieira explicou que a MP 871, publicada em janeiro deste ano, criou um bônus de pagamento para os peritos que fizessem análise extra de benefícios dentro do Programa Especial do INSS, de pedidos pendentes até 18 de janeiro de 2019. A MP 891/2019 estende a data para para os benefícios pendentes até 15 de junho.